



## PARECER JURÍDICO

**INTERESSADO:** Comissão Permanente de Licitação.

**ASSUNTO:** Dispensa de Licitação nº 062/2015.

**OBJETO:** Contratação Emergencial de Empresa para Serviços de Pavimentação em Bloco de Concreto Sextavado da Área Externa do Mercado Municipal de Igarapé-Miri.

**VALOR:** RS: 243.474,94 (duzentos e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos).

### CONSIDERAÇÕES GERAIS E ANÁLISE TÉCNICA

1. Tratam os autos de Dispensa de Licitação nº 062/2015, que trata da Contratação Emergencial de Empresa para Serviços para construção de 23 Boxes na Área Externa do Mercado Municipal de Igarapé-Miri (COMPLEXO DE FEIRAS E MERCADOS), remetido para análise desta Assessoria em obediência ao disposto no inciso VI do artigo 38 da Lei 8.666/93.
2. Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para a referida contratação, devidamente encaminhado a Assessoria Jurídica para manifestação quanto a viabilidade, esta, por sua vez, manifestou-se pela possibilidade de contratação via Dispensa de Licitação, art. 24, IV da Lei nº 8.666/93, por se tratar de situação emergencial, com o iminente risco à saúde pública, haja vista a falta de saneamento básico na área da atual feira livre "Shopping" do município, ademais, corrobora o fato da aludida área estar destinada ao projeto de pavimentação e construção de uma praça, sendo imprescindível que ocorra o remanejamento de feirantes que atualmente ocupam o local. Outrossim é de conhecimento público que na área existe grave problema sanitário e de saúde, pois a ocupação do local ocorreu de forma não planejada e sem autorização do Poder Público onde até pouco tempo também era conhecida como URUBUZAL.
3. Além disso, foi firmado o Contrato nº. 327.890-81/2010 - SICONV nº. 736842 entre esta municipalidade e a União Federal - Ministério do Turismo, com objeto para urbanização da orla da cidade, estando no aguardo da resolução da situação acima exposta - desocupação da área que atualmente está ocupada pela feira livre - "shopping". O local se destina a uma praça, mas que para ser iniciado o processo licitatório necessita que o espaço esteja desocupado.
4. Este projeto foi pactuado na anterior gestão do hodierno prefeito, contudo, a gestão que o sucedeu não prosseguiu com a execução, estando atualmente na iminência de expirar a vigência.
5. Segundo a CPL, para a execução imediata do projeto, é imprescindível a remanejamento dos comerciantes daquele local para para o novo Mercado, que está inacabado, faltando apenas a construção de boxes para remanejamento dos demais feirantes que não poderão ser acomodados dentro da área coberta do Mercado Central, estes que atual como venda de farinha, camarão e outros produtos no atual "shopping".

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
FOLHA 69  
ASS.: [assinatura]

[assinatura]



6. Também informa a CPL que o aludido Convênio sofreu atraso devido a alteração no projeto inicial, visto que a população residente em uma quota da área da Orla da cidade apresentou resistência a execução obra, culminando com a necessidade de alteração do projeto e da elasticidade do prazo de vigência, sendo o projeto substitutivo submetido e aprovação novamente pela Caixa Econômica Federal, ainda sob a gestão do ex-prefeito Ailson Santa Maria.

7. E que após a cassação do diploma do ex-prefeito Ailson Santa Maria do Amaral, no ano final de 2014, por decisão da Justiça Eleitoral, aconteceu em 17.05.2015, eleição suplementar para os cargos vacantes de prefeito e vice, sendo diplomados e empossados em 10.06.2015 no cargo de prefeito o Sr. Roberto Pina Oliveira e sua vice Maria do Carmo Pantoja, e que logo após assumir a chefia do executivo, o prefeito recebeu **Recomendação nº.003/2015 - MP/PJM (16 de junho de 2015)**, da Promotoria de Justiça da Comarca do município, sugerindo a adoção de providências urgentes quanto a desobstrução de logradouros públicos ocupados irregularmente por vendedores ambulantes, e também a observância ao Plano Diretor e às normas de Meio Ambiente, sob pena de responsabilidade pela omissão.

8. Diante deste cenário o gestor retomou o projeto, entretanto, o prazo já se encontra demasiadamente exíguo para a execução da obra, posto que a **data limite de vigência expira-se em 24.04.2015**.

9. Assim, a CPL sustenta a imperiosa necessidade de urgente contratação de empresa para pavimentação do novo mercado, com adoção de processo de Dispensa, haja vista a necessidade de conclusão da obra para abrigar os feirantes que deixarão a área da atual feira para que lá seja executado o projeto do supra convênio.

10. A escolha recaiu sobre a empresa M & M SERVIÇOS CONSTRUÇÕES LTDA-CNPJ Nº 15.267.030/0001-36, a qual apresentou a documentação pertinente.

11. Da documentação acostada, fica provada a habilitação jurídica da empresa para contratar com o Poder Público pela análise do Contrato Social e alterações, Alvará de Funcionamento, CNPJ e Incrição no CREA/PA, assim como as Certidões de Acervo Técnico, guardando claramente congruência com o objeto do presente processo. Quanto a qualificação econômico-financeira, também está comprovada pela apresentação de Balanço Patrimonial do exercício de 2010 e Certidão de Falência e Concordata, sendo confirmada a saúde financeira da empresa. Quanto a qualificação fiscal, esta também foi atendida pela apresentação de Certidão Negativa de FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, CND-INSS e Certidões Tributária e Não Tributária da Fazenda Estadual.

12. Continuando no exame do referido processo, tecemos as considerações que se seguem.

13. Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

14. Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório propriamente dito.





15. A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa, especificando em seu inciso IV que é dispensável a licitação: *"nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas dentro de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos"*;

16. Da análise do caso, verifica-se a subsunção da previsão legal acima transcrita, já que a situação emergencial explanada pela CPL na Justificativa de Contratação, ao nosso ver, são suficientes para caracterizar a hipótese legal, considerando-se, ainda, o risco à saúde pública e a exiguidade do prazo para execução e conclusão da obra de pavimentação do local que hoje sedia a feira livre, a teor do Contrato nº. 327.890-81/2010 - SICONV nº. 736842, firmado entre esta municipalidade e a União Federal - Ministério do Turismo.

17. Portanto, a concretização de processo licitatório demandaria tempo demasiado e sério prejuízo à administração, que certamente teria os recursos financeiros oriundos do supradito convênio devolvidos pela expiração do prazo da avença.

18. A dispensa de licitação, como modalidade de contratação direta, exige um procedimento prévio e determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais, em que é imprescindível a observância de etapas e formalidades legais.

19. Desse modo, ainda que se trate de contratação direta, é necessária a formalização de um procedimento licitatório que culmine na celebração do contrato. Nesse sentido, vejamos o ensinamento de Marçal Justen Filhos:

*"...os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. 'Ausência de licitação' não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade recursos etc.). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação" (grifado). E mais adiante arremata o referido autor: "a Administração deverá definir o objeto a ser contratado e as condições contratuais a serem observadas. A maior diferença residirá em que os atos internos conduzirão à contratação direta, em vez de propiciar prévia licitação. Na etapa externa, a Administração deverá formalizar a contratação". (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 7ª ed. Pág. 295/297. São Paulo: Dialética, 2000.)*

20. A respectiva escolha da contratada baseou-se principalmente no preço pesquisado, assim como a qualificação da empresa, estando apta a concluir os serviços com as cautelas necessárias e qualidade objetivada.

21. Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior, para ratificação e publicação, como condição para eficácia dos atos.

22. O preço ajustado, segundo os dados apresentados, se mostra coerente com o mercado, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública. Ademais, é possível o

*[Assinatura]*



resgate de parte desse valor mediante a concessão de uso de forma onerosa com os ambulantes, de modo a diminuir o custo do Município.

## PARECER

23. Com base na consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitação, e tendo em vista a análise técnica e as considerações retro-citadas, somos de parecer que:

- a) O Estatuto de Licitações permite, como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta, através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei;
- b) Dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei nº 8.666/93;
- c) Está caracterizada a hipótese legal quando a situação emergencial está evidenciada, figurando como potencial contratada a empresa M & M SERVIÇOS CONSTRUÇÕES LTDA-CNPJ Nº 15.267.030/0001-36, habilitada a celebrar contrato com a Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri;
- d) A minuta de contrato atende de forma inequívoca a demanda pela contratação, estando com todas as cláusulas essenciais ao ajuste;
- e) Isto posto, por restar autuado, numerado e corretamente formalizado o processo de dispensa, contendo solicitação do setor requerente, especificação do objeto e destinação; autorização para abertura do processo; Pesquisa de mercado; Justificativa da Comissão Permanente de Licitação; parecer contábil indicando a dotação orçamentária, presente a minuta de Contrato, e qualificação técnica da empresa, assim como as certidões legalmente exigidas, esta Assessoria Jurídica entende preenchidos os requisitos supra apontados pela documentação analisada, estando, desta forma, autorizada a contratação com a empresa M & M SERVIÇOS CONSTRUÇÕES LTDA-CNPJ Nº 15.267.030/0001-36, nos termos do art. 24, IV, da lei nº 8.666/93.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Igarapé-Miri, 16 de novembro de 2015.

  
João Eudes de Carvalho Neri  
Advogado - OAB/PA 11183